

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DESAFIOS DA BNC-FORMAÇÃO

Maria Clara Silva ¹

Iranete de Araújo Meira-(professora /orientadora UEPB²)

RESUMO

O texto em questão é fruto do projeto de pesquisa pibic, e das práticas de estágios supervisionados em gestão escolar no curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus III da UEPB: saberes constitutivos para a formação docente, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), na qual foram estudadas as resoluções que regem os cursos de licenciaturas, mediante discussões em torno das reformas Políticas Educacionais desses últimos anos, com o interesse da ordem dominante, no sentido que vem sendo impulsionada as determinações do mundo global, ampliando o debate em âmbito nacional e local, que reflete na formação docente dentro das universidades públicas do país, no que envolve as limitações impostas pela BNC-Formação, gerando impactos na base teórica/prática, em cumprimento da política de normatização da Educação Básica, alimentada pelos determinantes do setor privado, limitando os cursos de licenciaturas, sobretudo a Pedagogia, a atender ao alinhamento curricular da BNCC para a escolarização básica. Com base nestas perspectivas, o objetivo trata-se, de fazer uma análise configurativa sobre o documento atual da BNC-Formação, através da Resolução CNE\CP N2, de Dezembro de 2019, bem como apontar os desafios que os profissionais vêm enfrentando para lidar com campo desta regulamentação. Como percurso metodológico, o texto trata-se de uma análise discursiva acerca dos princípios e concepções que regem o documento oficial, bem como as inúmeras discussões que travam o processo de revogação desta resolução. Como base teórica, os estudos de Dourado (2013); Libâneo, Santos, Marques (2023); Zucchini, Alves, Nucci (2023); Souza, Asnis e Silva (2024); Gollo e Campos (2021) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Educadores da Educação Básica (BNC- Formação). Desse modo, os resultados do estudo têm como foco a análise das leituras feitas acerca desta temática, compreendendo os desafios da formação de professores quanto aos indicativos da resolução BNC-FORMAÇÃO, torna-se, pois, um campo de buscas e de encontros com a realidade referenciada.

Palavras-chave: Formação, professores, BNC-Formação, licenciatura, Normatização

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba- PB, (bolsista PIBIC /Fapesq) maria.silva43@aluno.uepb.edu.br ;

² Professora Licenciada em Pedagogia, com Mestrado em Educação pelo PPGE/CE/UFPB. Atualmente é efetiva na Universidade Estadual da Paraíba, lotada no Depto de Educação do Centro de Humanidades do Campus III, na área de Instrumentação das práticas Pedagógicas. araujo.meira@servidor.uepb.edu.br ;



O presente artigo consiste em um estudo que vem sendo tecido no grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores, Autonomia da Escola Popular Pública- (GEPAEPP) como parte das ações desencadeadas junto ao projeto de pesquisa – (Pibic), que é financiado pela Fundação de Apoio á Pesquisa do Estado da Paraíba- (Fapesq), cujo enfoque trata-se dos estágios supervisionados em área de aprofundamento em gestão escolar no curso de Licenciatura em Pedagogia e a formação docente constituída na e pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mediante as análises das resoluções propostas para a formação de professores, desde a do CNE\CP nº1 de 15 de maio de 2006, a mais recente que é a Resolução CNE\CP nº 02, de 20 de Dezembro de 2019, que tem como proposito fomentar uma Base Nacional Comum para a formação Inicial de educadores da Educação Básica (BNC-Formação). Esta mesma tem demonstrado uma série de embates críticos e reflexivos sobre a tomada de iniciativa dos educadores para pensar as condições evidenciais que vem sendo pensada a composição inicial, que regulamenta este documento base, diante dos diferentes olhares que se destacam nas falas de professores, pesquisadores, gestores e estudantes que pensam a formação docente em nível nacional, e que se tem inquietado com o fortalecimento da revogação desta resolução.

A BNC formação reflete questões bastante desafiadoras para se pôr em prática os princípios norteadores da formação, tendo em vista o severo alinhamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao fato deste documento não ter sido discutido com a comunidade dos educadores do país e de ter interesses de grupos privatistas por trás. Partindo dessas análises e discussões emergiu o interesse de estudar os desafios que vêm sendo postos a formação dos professores/as com aprovação da BNC-FORMAÇÃO.

Entende-se, portanto que com o atual cenário educacional brasileiro, tem-se exigido determinadas habilidades técnicas e competências propostas pela BNC-Formação com o documento base que serve como orientação para a prática docente. Tais questões têm sido notáveis em sua composição, mediante a força de cooptação dos interesses sociais, implicando na fragilidade da formação, caracterizando o fortalecimento com os interesses do mundo capitalista global, que está cada vez mais



voltado para operacionalização técnica e articulado com a política educacional brasileira.

Esse processo é visto frente as alianças com o neoliberalismo dominante, apostando nas necessidades do mercado, na especulação financeira, e no modelo de uma formação que deseja ter o conhecimento reduzido a habilidades técnicas, e não a promoção da capacidade crítica e reflexiva do aluno/a, no momento que limita a autonomia docente ao alinhamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como forma de controle da prática docente e de seus saberes dentro da sala de aula.

Essas limitações entendem-se, portanto que são impostas ao currículo como forma de reproduzir a base de uma formação voltada para determinadas capacidades técnicas, que acabam impactando os cursos de licenciaturas e as Universidades Públicas brasileira, impulsionando os interesses do Estado a reproduzir as ordens do mundo capitalista global, mediante princípios de orientações para a formação profissional, entendendo que a formação profissional não se limite a este processo, e sim, a concepções científicas que tenham como princípios o sujeito humano socialmente e historicamente situado, para que se possa ter uma formação crítica e atenuante a realidade.

Nessa perspectiva, o objetivo principal consiste e busca fazer uma análise configurativa sobre o documento base da BNC-Formação que foi aprovado através da Resolução CNE\CP de número 02, em Dezembro de 2019, e como objetivos específicos, busca-se, pois, discutir a política de formação docente mediante os indicativos da política educacional brasileira, bem como investigar quais são os desafios impostos nesta atual conjuntura política para a formação docente, e de demonstrar se há implicações pela BNC-Formação diante do alinhamento curricular com a BNCC para a Educação Básica.

Como fundamento teórico, a discussão tem como foco estudos que referenciam os interesses da formação docente em âmbito nacional, autores como: Dourado (2013); Libâneo; Santos; Marques (2023); Zucchini, Alves, Nucci (2023), Souza; Ansis; Silva (2024); Gollo e Campos (2021), além da referência base da própria Base Nacional para a Formação Inicial de Educadores da Educação Básica (BNC-Formação). Partindo desses autores, buscamos trilhar as discussões com possibilidades de atenuação críticas e reflexivas, evidenciando a temática em questão.

Nesse sentido, este artigo foi produzido através de uma pesquisa qualitativa, com uma metodologia voltada para leituras que abordam a temática escolhida.



METODOLOGIA

O texto em questão, trata-se, pois, de um estudo de cunho analítico descritivo, cuja perspectiva adequa-se aos seus objetivos e caminham por meio de uma abordagem qualitativa, através de levantamentos bibliográficos envolvendo a transdisciplinaridade das ciências sociais e humanas, que tem como intuito promover revelações de tradições ou de multiparadigmas.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, consiste em uma abordagem de análise científica que procura compreender as evidências sociais, principalmente a relação entre o cotidiano de vida dos indivíduos mediante as experiências que são construídas e adquiridas por meio das práticas sociais. Desse modo, este tipo de pesquisa é um instrumento de percepção, de valorização e de posição social para pesquisadores, que buscam atuar em ações participativas, nos diversos setores da sociedade civil, possibilitando o alargamento das fronteiras entre o compromisso firmado na Universidade Pública e a Comunidade local visando a formação do sujeito.

Essa postura de buscar as fontes de informação como forma de contemplar de maneira mais ampla o universo de atuação investigada é defendida, conforme os autores Bogdan e Biklen (1994, p.16) quando diz que “os dados recolhidos sejam designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”.

O estudo evidenciado é parte das reflexões tecidas a partir das iniciativas do projeto de pesquisa (PIBIC), que se encontra em fase embrionária dos mapeamentos dos documentos norteadores dos estágios na formação dos estudos, e em percurso de consolidação de um marco discursivo que possa compor os interesses do estágio na formação docente, especialmente em área de aprofundamento em gestão escolar. Este artigo é parte iniciante das ações do grupo de pesquisa, que está sendo desenvolvido na UEPB, no Campus III, denominado por Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores, Autonomia Participativa da Escola Popular Pública-(GEPAEPP), por meio de reuniões frequentes envolvendo as análises discursivas sobre os documentos oficiais de ensino, a exemplo das resoluções para formação de professores e do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPB Campus III.



REFERENCIAL TEÓRICO: Os desafios da formação docente na política da educação brasileira

Esta parte considera o marco teórico tecido sobre o processo de regulamentação da formação docente, principalmente aqueles/las que desafiam os interesses dos/as educadores/as diante de um quadro em que a formação docente está voltada para a capacidade crítica reflexiva do estudante. A partir desse ideário a formação docente vem sofrendo implicações de ordem regulamentativa. Diante desse cenário político buscamos discutir o caráter crítico analítico em que estão envolvidos os documentos oficiais e as resoluções que estão cerceadas pelos interesses das ordens determinantes dos grupos privatistas, valorizando cada vez mais as habilidades técnicas do que as transformações sociais e de princípios e concepções que refletem o que há de mais essencial na condição humana.

Libâneo; Santos; Marques (2023) ressaltam que, o conteúdo da formação deveria mudar para atender aos “desafios” contemporâneos (neoliberais) de um novo perfil de professor, ou seja, desenvolver novas competências e habilidades capazes de oferecer suporte para exigências de um trabalho inovador, diversificado, eficiente e eficaz. Posto isso, percebesse que o foco da formação dos professores tem sido a demanda para um novo modelo de profissional, que tenha capacidade para trabalhar com eficiência e eficácia para assim poder atender as demandas da globalização mundial. Neste contexto foi aprovada a resolução CNE\CP n2\2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores para a Educação Básica, bem como a BNC- Formação, ambas abordam as competências e habilidades voltadas justamente para esse novo modelo de professor.

Ambos os documentos vêm sendo pensados como uma forma de alinhamento aos interesses do Estado no fortalecimento de um currículo que seja voltado unicamente para as necessidades dos interesses econômicos mundiais, e não para uma verdadeira educação, onde os educandos sejam formados de maneira integral e crítica, tornando-se ativos no conhecimento. Neste sentido, conforme Bazzo e Scheibe (2019 *apud* Libâneo; Santos; Marques (2023, p.8)

O professor deveria ser formado para atender aos ditames dessa base curricular [...] atender a um modelo de currículo padrão para todo o país, elaborado de acordo com uma visão tecnicista/instrumental, favorável as orientações dos grupos empresariais, interessados em formar um trabalhador que lhes fosse submisso [...].



O modelo educacional defendido pelo neoliberalismo, tem como característica atender as demandas econômicas do capital, optando por priorizar os conteúdos que estejam relacionados ao mercado de trabalho, articulados com as grandes potências econômicas do mundo global, a exemplo do Banco Mundial (BM), a Organização Das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismos internacionais que vem ao longo dos anos ditando e aprovando as finalidades e os interesses que demandam a educação, colocando em cheque as decisões dos currículos e da autonomia institucional.

Entende-se, portanto que, os grandes grupos econômicos se preocupam exclusivamente com as articulações dos países emergentes, devido ao crescimento do potencial produtivo, e o Brasil, vem-se, destacando nesse sentido, em produtividade e rentabilidade econômica, competindo em resultados e favorecendo os interesses dos mercados globais. Essa base articulatória está cada vez mais evidente nas políticas educacionais do Brasil através das Diretrizes Curriculares como é o caso da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Resolução CNE/CP nº2/2019 e a BNC-Formação: Neste viés, Lessard (2022), destaca as finalidades educativas propostas pelo discurso defendido pela OCDE:

[...] cabe realçar que, mesmo pondo em destaque o imperativo econômico, este discurso ultrapassou em muito o campo econômico *stricto sensu* e cobre praticamente todas as dimensões fundamentais da educação: suas finalidades, sua governança, seu currículo, sua pedagogia (Lessard, 2022, p.5 *apud* Libâneo; Santos; Marques, 2023, p.5)

Sendo assim, a visão capitalista neoliberal possui grande poder e influência sobre o que vem sendo articulado nos documentos para serem ensinados nas instituições de ensino, visando interesses mercantilistas. Ao invés do sistema educacional brasileiro ter sido pensando por profissionais da educação, que trabalham e entendem as reais necessidades da educação e das condições que são favoráveis aos indivíduos, foram produzidos por organizações elitizadas que desconhecem a realidade que vem sendo pautada as prioridades da educação brasileira. O referencial curricular para a educação básica, por meio da BNCC e da BNC-Formação, ambas possuem em seu conteúdo a imagem de um professor que tenha como foco uma educação voltada especialmente para a formação de capacidades produtivas, através da preparação dos indivíduos



advindos da escola popular pública para atuarem no mercado de trabalho, atendendo assim as demandas do grande empresariado mundial.

Quanto aos ideais defendidos pelo neoliberalismo na educação, destacam-se a busca constante pelos resultados dos indicadores de crescimento da Educação Básica, cujo propósito se faz com a política de investimento financeiro e de avaliação baseada em testes de quantificação da aprendizagem. Essa realidade vem sendo promovida pelos modelos de avaliação técnicas e instrumentalizadas que são levadas para as escolas para checagem imediata dos resultados se os estudantes estão atingindo os interesses da política nacional de avaliação. A Resolução CNE\CP nº02\2019, pelo parecer CNE\CEB nº07\2019, aprovado em 4 de Julho de 2019, resulta em um documento fundamentado por uma perspectiva capitalista, como também tecnicista que ocasiona o estabelecimento de uma racionalização pedagógica pensada para atender um currículo com base em competências e habilidades voltadas para o mercado. A BNCC reflete esse caráter imediatista e subsidiária a BNC – Formação.

De acordo com Libâneo; Santos; Marques (2023) a visão que é proposta pela BNC-Formação sugere que as finalidades educativas devem se voltar tão somente à formação pragmática, técnica, e atender à racionalidade economista-mercadológica. Nesse sentido, a educação defendida pela BNC-Formação é de cunho puramente tecnicista, onde o professor deve ser formado para ser um técnico, instrumentadores dos seus alunos, contrariando, as possibilidades de transformação social e o caráter emancipador, crítico e humanizado, destacando que a dimensão técnica é supervalorizada, vê-se assim no modo como o campo profissional da BNC-Formação é valorizado:

I- Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III- participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV – engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar (Brasil, 2019).

Posto isso, observa-se como o foco em um professor que exerça várias funções ao mesmo tempo fica explícita, tendo como obrigação do docente desenvolver de maneira profissional os seus discentes, fazendo com que a qualidade do ensino seja totalmente voltada para atender as demandas do capital, limitando o ensino a preparação dos discentes as habilidades técnicas produtivas, além de impactar no trabalho do



professor e retira a autonomia docente. Os cursos de formação docente vêm enfrentando desafios quanto aos ideais que são defendidos na BNC-Formação, que tem acarretado vários movimentos críticos, que lutam para com a revogação deste documento, visto que ela atende as reais demandas do campo educacional, principalmente da pedagogia, mas as necessidades de uma educação que visa a formação de docentes que ensinem e formem educandos para pertencerem ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, Gollo ; Campos (2021), ressaltam que um processo formativo que é organizado em um compilado de evidências, onde supõe que os futuros docentes apliquem o que aprendem, é uma formação transmissiva e bancária. Posto isso, percebe-se que este modelo educacional que é implicado pela BNC-Formação, é uma educação voltada para a transmissão de conteúdo. Assim como está estabelecido nas habilidades da dimensão da Prática Profissional:

Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC (Brasil, 2019, p.17).

Dessa maneira, observa-se como a formação docente proposta pela BNC-Formação busca professores que trabalhem e ensinem visando sempre o que é proposto na BNCC, como também que tenham uma formação voltada para a prática, que sejam técnicos e reprodutores do conhecimento.

As necessidades que são propostas para o curso de Licenciatura em Pedagogia, são aquelas que visam uma educação que seja política, integral e ética, que não é atendida pela BNC-Formação, conforme é defendida por Oliveira (2022) *apud* Souza, Asnis e Silva (2024), a formação se distância de uma prática ética e política e do propósito de conscientização dos sujeitos e o papel do educador passa a ser reduzido a uma mera aplicação técnica dos conteúdos que devem ser ensinados, baseados no trabalho feito com eficiência e eficácia. Desse modo, fica explícito que a BNC-Formação não atende as reais demandas educacionais que são defendidas pela Pedagogia, como também não respeita o seu papel, mas atende severamente aquelas que são estabelecidas pelo neoliberalismo, uma educação voltada para o tecnicismo.

Segundo Dourado (2013),

A discussão curricular, no Brasil, é marcada por grande polissemia, mas em geral os estudos compreendem o currículo como uma



construção social, o que requer precisões, “pois ela não deveria ser entendida como fruto de uma simples correspondência mecânica entre currículo e sociedade [...]”. Por outro lado, situa o papel do currículo e de sua relativa autonomia, destacando o papel atribuído ao currículo e sua interface com os conhecimentos prescritos, com um conjunto de disposições específicas (fala, comportamento, expectativas [...]).

A discussão acima reflete as inúmeras possibilidades articulatórias do currículo educacional brasileiro, sobretudo para compreensão da realidade em que se colocam as pautas de ordem produtiva e econômica sem perceber os contextos sociais, culturais, políticos, históricos e a autonomia para promoção da autenticidade dos contextos locais e regionais do país e do mundo.

Uma das críticas que veem sendo tecidas e que já foi ressaltada neste artigo, é o severo alinhamento que existe na BNC-Formação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que as competências e habilidades contidas na BNCC são de predominância dos interesses do neoliberalismo, já que foi desenvolvida por integrantes pertencentes a grandes potências econômicas capitalistas, conforme observamos nas habilidades da dimensão da Prática Profissional da BNC-Formação:

Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes de modo que [...] garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC. (BRASIL, 2019, p.17).

Sendo assim, é pertinente destacar como a BNC-Formação defende o uso contínuo e alinhado da BNCC na prática docente, onde todas as atividades que serão ministradas em sala de aula pelo professor devem seguir severamente aquilo que, as competências e habilidades propõem, tornando assim o trabalho docente alienado.

Na análise de Zucchini; Alves; Nucci (2023) essa formação docente pautada na BNCC visa o domínio de competências e habilidades com as quais o professor deverá estar apto a realizar de maneira eficaz no processo de ensino, tornando assim uma formação voltada diretamente para a prática conforme o desenho de currículo idealizado tanto na BNC-Formação quanto o que a BNCC propõe, tornando-os reprodutores técnicos para atender as necessidades do mercado global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O estudo evidenciado é parte de estudos e análises realizados a partir das iniciativas do projeto de pesquisa (PIBIC), que se encontra em fase embrionária dos resultados. Até o momento buscamos realizar os mapeamentos dos documentos norteadores dos estágios na formação dos estudos, e em percurso de consolidação de um marco discursivo que possa compor os interesses do estágio na formação docente, especialmente em área de aprofundamento em gestão escolar. Este artigo é parte iniciante das ações do grupo de pesquisa, que está sendo desenvolvido na UEPB, no Campus III, denominado por Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores, Autonomia Participativa da Escola Popular Pública-(GEPAEPP), por meio de reuniões frequentes envolvendo as análises discursivas sobre os documentos oficiais de ensino, a exemplo das resoluções para formação de professores e do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPB Campus III.

Neste primeiro momento, foram feitas as análises das três resoluções em âmbito local e nacional do Conselho Nacional de Educação-(CNE), tais foram: Resolução CNE\CP nº1, de Maio de 2006; a Resolução CNE\CP nº2, de Julho de 2015; como também da Resolução CNE\CP nº2 de Dezembro de 2019. Embora que o estudo em questão tenha focado nas leituras, discussões e análises sobre a Resolução CNE\CP nº2 de 2019, bem como da BNC-Formação, ressaltando os seus impactos para a formação dos professores do país. Base orientativa e o tempo dos estágios em formação docente com foco em gestão. O quadro que segue mostra o mapeamento da base formativa para os cursos de licenciaturas e os desafios que a base aponta.

Quadro 01: Indicativos da BNC-FORMAÇÃO como base normativa

MAPEAMENTO DA RESOLUÇÃO BNC- FORMAÇÃO DE 2019 DOCUMENTO BASE	
Resolução de 2019 Dimensões fundamentais: Competências específicas do conhecimento profissional	Principais indicativos para a formação de professores: base teórica e prática - Conhecimento profissional , Prática profissional e Engajamento profissional. - Dominar os conhecimentos e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais - Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas
Competências específicas da prática profissional	



Competências específicas do Engajamento profissional	aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, as competências e habilidades. - Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; engajar-se, profissionalmente, com as famílias e a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.
---	--

Fonte: Própria. Sistematização das análises do documento base BNC-FORMAÇÃO, 2025

De acordo com a sistematização do quadro acima destacado, a formação de professores dentro desse mapeamento jurídico normativo da BNC-Formação implica em decisões que atinge o processo de formação dos cursos de licenciatura, em especial a Licenciatura em Pedagogia, devido a fatores que refletem no campo de atuação das práticas de ensino reproduzindo seriamente o que tem na BNCC, através das competências e habilidades que são previstas e obrigadas a serem seguidas, que estão fortemente atreladas a ideologia neoliberal, e que são refletidas na formação dos professores ocasionando assim impactos negativos a formação, como a perda da autonomia docente, defendendo que o docente seja meramente um reproduzidor de conhecimentos, um técnico que obedeça na sua prática diretamente todas as habilidades e competências previstas.

De acordo com Dourado (2013), a discussão curricular, no Brasil, é marcada por grande polissemia, mas em geral os estudos compreendem o currículo como uma construção social, o que requer precisões, “pois ela não deveria ser entendida como fruto de uma simples correspondência mecânica entre currículo e sociedade [...]”. Por outro lado, situa o papel do currículo e de sua relativa autonomia, destacando o papel atribuído ao currículo e sua interface com os conhecimentos prescritos, com um conjunto de disposições específicas como a fala, o comportamento, e as expectativas[...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto que este artigo discutiu os impactos ocasionados a educação brasileira com a aprovação da BNC-FORMAÇÃO, que está contida na Resolução CNE/CP nº2 de 2019, como também os impactos que são causados a formação docente. Visto que ela perpetua os interesses do mundo capitalista, fazendo com que seja prejudicada totalmente a autonomia docente, defendendo que os



professores sejam técnicos, meros reprodutores de conhecimento, fazendo com que os discentes tenham um conhecimento alienado que servirá somente para trabalharem para as grandes empresas e gerarem lucro. Como objetivo buscamos fazer uma análise configurativa sobre o documento base da BNC-Formação que foi aprovado através da Resolução CNE/CP de número 02, em Dezembro de 2019, e entender quais são os desafios impostos nesta atual conjuntura política para a formação docente.

Dessa forma, chegamos ao entendimento de que é indispensável ir contra os interesses que são defendidos pela BNC-FORMAÇÃO, e lutar pela sua revogação para que a educação brasileira seja de fato voltada para a plena formação dos indivíduos, tornando-os educandos críticos e dotados de conhecimento que movem os processos de formação de professores e estudantes que carecem de uma formação plural e articulada com os saberes necessários ao seu processo de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2020. Seção 1, p. 46-49. [1][2][6].

DOURADO, Luiz Fernando. **Vista do A formação de professores e a base comum nacional : questões e proposições para o debate.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, V. 29 n. 2 (2013): Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Disponível in: <https://doi.org/10.21573/vol29n22013.43529>.

JÚNIOR, Ronaldo Antonio Gollo; CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteve. **Uma leitura Freiriana sobre a BNC-Formação:** a persistência no erro epistemológico do bancarismo. Educação e Linguagem, v. 24, n. 2. p. 219-244, jul - dez. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Fabiano Antonio dos. MARQUES, Hellen Jaqueline. **Finalidades educativas da escola e formação de professores no brasil:** Uma análise crítica da resolução CNE/CP N° 2/2019. Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 25, p. 1-20, 2023.

SOUZA, Maria Rúbia Santos; ANSIS, Valéria Peres; SILVA, Marcelo Soares Pereira. **A BNC-Formação e o desenvolvimento da autonomia e participação docente.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 22, e65216, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e65216>.

ZUCCHINI, Lilian Giacomini Cruz; ALVES, Andrêssa Gomes de Rezende; NUCCI, Leandro Picoli. **A contrarreforma da formação de professores no Brasil:** BNC-Formação e os retrocessos para a valorização docente. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 39, e87143, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.87143>. Acesso: 16 de abr. 2025.

